O *modus* petista de governar para o saneamento: o caso da cidade do Recife (2001-2012)

DEMÉTRIUS RODRIGUES DE FREITAS FERREIRA*

Resumo

Esta pesquisa avaliou a política de saneamento implementada por três governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade do Recife, tomando por base o tipo ideal *modus petista de governar*. O trabalho foi realizado com base na análise de documentos oficiais e entrevistas realizadas com gestores públicos. Como resultado verificou-se a implementação de uma nova abordagem conceitual para os serviços na cidade (o saneamento integrado), uma ampliação inexpressiva na cobertura dos serviços e no atendimento à população, bem como da permanência das estruturas de gestão (pré)existentes, baixos níveis de investimentos anuais e a implantação de um modelo de participação social coorporativo comunitário pouco eficaz no controle da política municipal de saneamento. Os resultados apontam que a política municipal de saneamento fundamentada no *modus petista* pouco contribui para alterar o quadro crônico de desigualdades sociais no acesso aos serviços de saneamento na cidade.

Palavras-chave: Saneamento; Saneamento Integrado; Modus Petista de Governar; Participação Social.

Abstract

This research assessed the sanitation policy implemented by the three governments of the Workers Party (PT) in Recife, based on the ideal type of governing modus PT. The study was based on analysis of official documents and interviews with public managers. As a result, there has been the implementation of a new conceptual approach (the integrated sanitation) to the sanitation policy in the city, an extension expressionless in service coverage and service to the population, as well as the permanence of the management structures (pre) existing, low levels of annual investment and the implementation of a model of social participation corporative Community ineffective in controlling municipal sanitation policy. The results show that the policy based on the municipal sanitation modus PT contributes little to alter the chronic social inequalities in access to sanitation services in the city.

Key words: Sanitation; Integrated Sanitation; Management Modus PT; Social Participation.

---

* **DEMÉTRIUS RODRIGUES DE FREITAS FERREIRA** é Sociólogo, Mestre em Desenvolvimento Urbano.

1. Descentralização, participação social e o PT

O processo de descentralização ocorrido no Brasil sofreu fortes influências do contexto de redefinição da ordem econômica mundial, iniciada com a crise econômica no início da década de 80. A descentralização e a redemocratização ocorreram sob os espectros das mudanças de ordem interna (crise do regime militar e redemocratização) e de adequação às novas tendências econômicas globais (neoliberalismo) (OLIVEIRA, 2003). Assim, o novo *modus operandi* estatal implicou em um novo padrão de gestão pública, orientado por coalizões políticas voltadas para atender interesses diversos que, em linhas gerais, podem ser caracterizados por duas correntes distintas: a neoliberal e a progressista (LEAL, 1990).

A primeira corrente buscou enquadrar o modelo de gestão pública em consonância com os princípios do neoliberalismo, advogando que a ação dos mecanismos saneadores do mercado (ou racionalmente mais eficientes) seria a melhor maneira de se estabilizar a economia. Para essa corrente a intervenção do Estado seria a causa motriz da crise, visto que as políticas sociais acarretavam elevados déficits orçamentários e a pesada estrutura burocrática estatal inibia o desenvolvimento econômico. A segunda corrente advogava que não só as contradições internas ao capitalismo levariam às crises cíclicas, mas também ao fato de o Estado socializar os custos do capital, através dos investimentos sociais (educação, tecnologia, infraestrutura, etc.), gerando um excedente social que sofre apropriação privada. Essa relação custo público/apropriação privada teria como disposição o crescimento das despesas públicas mais rápido do que o crescimento dos meios para financiá-la, acarretando uma crise fiscal em longo prazo. Em resumo, do ponto de vista do debate progressista, a crise estaria relacionada à economia e não ao Estado (LEAL, 1990).

No cenário político nacional, a década de 1990 foi marcada pela emergência de novos atores políticos onde essas duas correntes balizaram coalizões políticas que ora podiam ter feições neoliberais ora feições social-democráticas, definindo o processo de implementação de políticas públicas de acordo com a predominância das forças políticas liberais e conservadoras, voltadas para os aspectos relativos à eficiência e à redução do setor público, ou por coalizões social-democratas, garantindo aspectos de controle social. A engenharia de todo esse processo, tanto em seu carater político quanto burorático, também foi delineada por um amplo processo de descentralização que pode ser associada não só a inclinações democratizantes, participativas e de responsabilização, mas também a arranjos de modernização gerencial na gestão pública. (MELO, 1996).

A despeito do debate entre as correntes neoliberal e progressista, surgiu uma terceira força política se apresentando como uma alternativa, o Partido dos Trabalhadores (PT). Fundado na década de 1980, começou a tomar forte projeção ainda na década de 1990. Oriundo de um movimento de massas, da classe operária e urbana, o PT também obteve respaldo de importantes intelectuais de esquerda e de profissionais liberais, fato que contribuiu para uma composição partidária bastante heterogênea por parte de seus integrantes (SINGER, 2001). Tal configuração histórica do PT

a qual não o identifica somente como um partido de massas, acaba por caracterizá-lo enquanto um catalisador de diferentes segmentos da sociedade, unidos por uma causa comum, a questão social brasileira.

Defendendo um modelo de gestão peculiar, autodenominado de *modus petista de governar,* o partido se baseou em um conjunto de práticas locais norteadas pelos princípios de inversão de prioridades (investimento em áreas de baixa renda) e participação social com o uso de instrumentos de participação direta (conferências, assembléias, conselhos, etc.) como a melhor maneira de equacionar a dívida social brasileira. O PT defendia a intensificação de políticas sociais e a institucionalização da participação social (democracia participativa) como a melhor maneira de lidar com os problemas sociais brasileiros (TREVAS *et al*, 1999). Nessa lógica existia a premissa de que o deslocamento do processo de formulação e decisões sobre políticas públicas deveria passar do âmbito burocrático estatal para a sociedade organizada por meio de espaços institucionais que permitissem o diálogo entre Estado-sociedade.

A descentralização perfazia esse modelo não só pela defesa da transferência de responsabilidades, recursos ou autoridade de níveis mais elevados de governo para níveis inferiores, mas também pelo deslocamento do poder decisório do Estado para a sociedade. O exemplo clássico desta assertiva é o programa Orçamento Participativo (OP), o qual materializou essas características defendidas no que tange a descentralização e democracia participativa.

Em função do debate político da década de 1990 entre as duas correntes que se digladiaram, os progressistas e os neoliberais, crescia uma terceira corrente capitaneada pelo PT, levantando a bandeira das questões sociais brasileiras e defendendo uma espécie de "pós-comunismo" que, grosso modo, implicava na descentralização radical do Estado através de canais de participação social direta.

Dentro de um tipo ideal, a conceituação do modelo de gestão defendida pelos governos petistas em relação às outras formas de governo poderia ser, de forma genérica, apresentada conforme descrição do Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Características do modelo de governo democrático participativo petista em comparação com outras formas de Governo no Brasil

	Autoritarismo-burorático	**Democracia capitalista**	**"Democracia-participativa petista"**
Relação público-privado	Lógica compartimentada, individualizante, onde não havia alargamento dos conflitos além dos grupos específicos de interesse	Modelo plural admitindo a diversidade de interesses, onde a sociedade tem capacidade de interferir nas decisões	Diversidade de interesses e participação direta da população na definição de prioridades
Modelo de gestão	Tecnocrático e autoritário	Arranjos de modernização gerencial aliado a coalizões social-democratas	Participação direta da população através de canais institucionais, conselhos, assembléias, orçamento participativo etc.

Projeção	Desenvolvimento econômico	Desenvolvimento econômico e social	Combate as desigualdades sociais

Fonte: FERREIRA, 2012

Desta forma, é importante ressaltar que o tipo ideal de governo petista apresentado foi se desenvolvendo através de experiências locais de políticas públicas setoriais inovadoras que assim como o OP, lograram êxito e passaram por um amplo processo de disseminação (TREVAS *et al*, 1999). No caso aqui analisado, foi feita uma avaliação da política de saneamento integrado na cidade do Recife/Brasil, no período de 2001-2012, a qual apresentou consigo elementos da democracia participativa, descentralização e inversão de prioridades que são características presentes no *modus petista de governar*.

2. Saneamento e descentralização

As instituições promotoras de políticas públicas também acompanharam de perto o processo de descentralização. Ainda durante o regime militar, o serviço público de saneamento foi estruturado com base no Plano Nacional de Saneamento (PLANASA[1]) que representou um modelo de gestão centralizador e excludente, com base na criação de Companhias Estaduais de Saneamento (CESB's) que prestavam os serviços de forma regionalizada e gerencial (FISZON, 1987; RESENDE, 1994; CARVALHO, 2010; VASCONCELOS, 2011). No entanto, com o redesenho da burocracia estatal, a tendência de descentralização na gestão dos serviços públicos forjou-se na esfera local com a descentralização político-administrativa do Estado brasileiro, conferindo aos municípios grandes responsabilidades sobre a gestão de serviços públicos.

Foi posto em prática uma agenda de reformas econômicas estruturais, desde o início da redemocratização, com a adoção de uma política de liberalização da economia e privatização das empresas estatais. Foi aberto o debate entre o novo papel do Estado na regulação e controle dos serviços públicos frente ao agravamento da exclusão social que demandava maior ênfase das políticas sociais (MARICATO e SANTOS JUNIOR, 2007).

Não indiferente a esta questão, surgiram experiências no campo dos seviços de saneamento, locais e regionais, que canalizaram esse debate. Somente na cidade do Recife, ocorreram duas experiências.

A primeira foi a implantação do esgotamento condominial na década de 1990, uma tecnologia de baixo custo e acessível a boa parte da população de baixa renda que por questões de ordem institucional não logrou êxito e findou em uma tentativa mal sucedida de entregar os serviços de saneamento a iniciativa privada (VASCONCELOS, 1995). A segunda, logo em seguida, ocorreu nos anos 2000 durante o governo do PT na cidade que implementou a política de saneamento

[1] O PLANASA foi criado em 1971, durante a ditadura militar, com o objetivo de regionalizar a prestação dos serviços de saneamento no Brasil através de grandes empresas públicas que atuavam de forma autoritária, segmentada e tecnocrática (VASCONCELOS, 2011).

integrado[2], uma abordagem complexa que envolve os aspectos urbanísticos e ambientais além dos serviços de saneamento (água e esgoto), visando equacionar a dívida histórica de desatendimento dos serviços de esgotamento sanitário à população de baixa renda (FERREIRA, 2012).

Analisando esta segunda experiência, vale salientar que existe uma certa particularidade no caso onde a gestão dos serviços de saneamento no Recife é de responsabilidade da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), uma CESB criada ainda no período militar e atuante sob a lógica do autoritarismo-burocrático descrita no Quadro 1. Portanto, este trabalho analisou o período de três diferentes governos do PT na cidade do Recife (2001-2004; 2005-2008; 2009-2012) onde tentou-se implementar uma política de saneamento integrado baseada nos princípios de inversão de prioridades e participação social como alternativa ao modelo centralizador e excludente praticado pela COMPESA Baseado em informações obtidas em relatórios oficiais e em entrevistas semi-estruturadas com decisores públicos, foi possível compreender e avaliar o *modus petista de governar* para o setor de saneamento no Recife ao longo dos diferentes governos.

[2] É um modelo de intervenção em saneamento caracterizado por um conjunto de ações intersetoriais entre os segmentos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, drenagem, coleta e destinação do lixo; melhoria e/ou construção de instalações hidro-sanitárias das residências, remoção e relocação de famílias, reordenamento urbano, controle de vetores de doenças e educação sanitária e ambiental.

3. A experiência do PT no Recife para o setor de saneamento durante o primeiro governo (2001-2004)

Em 2001, o PT assumiu a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e iniciou um amplo processo de participação e mobilização popular para definir a política municipal de saneamento. Neste período o PT estabeleceu como diretriz principal, atender as áreas pobres da cidade que não possuíam acesso aos serviços e resolver as questões institucionais junto a COMPESA para garantir um bom desempenho das ações de saneamento integrado (CARTA DE SANEAMENTO, 2002).

Segundo um dos técnicos da PCR que participou da momento inicial de concepção da política e saneamento integrado no Recife:

> "A gente precisava formular, como era que a gente compreendia uma ação de saneamento (PCR), isso trazendo toda aquela discussão que já vinha sendo feita do saneamento ambiental, que era um saneamento mais amplo onde a abordagem não era somente água e esgoto, mas já se discutia em nível nacional que saneamento era mais do que isso, para você resolver uma situação de saneamento numa área carente você não respondia aquela totalidade colocando somente água e esgoto, era preciso fazer muito mais outros itens, e ai começou a se formular essa discussão do saneamento integrado, que era isso, mas tinha um conjunto de outros itens. Na seqüência veio a discussão de que todos esses outros itens estão em instâncias operacionalmente fragmentadas, dissipadas, quando a gente diz que a drenagem é importante, mas ela não está dentro da secretaria de saneamento, está dentro da Secretaria de Serviços Públicos (...) Então esse modelo de saneamento integrado, ele era

> integrado também, não só por ter esse conjunto de itens, mas também porque necessitava de uma integração de outros atores, em nível operacional e em nível político também. Quando a gente sabe que tem recursos para saneamento na saúde, então exigia um diálogo com a saúde, então esse modelo veio em cima disso, veio em cima da necessidade. Recife precisava discutir politicamente qual era o modelo de atuação na cidade (Técnico da PCR, em 7 de julho de 2011)"

Ainda no bojo de concepção da modelo político da política de saneamento, o primeiro secretário de saneamento do Recife, em consonância ao modelo de gestão petista, defendia a necessidade do elemento participação social nesta política:

> "Uma intervenção de saneamento integrado será muito mais eficaz se houver envolvimento direto da população, se você conversar com a população como usufruir do seu sistema de água ou de esgoto, o que pode ser feito e o que não pode, senão entope, estraga, danifica, como cobrar do poder público para que ele exercite sua obrigação (...) A participação popular quando integrada ao saneamento integrado multiplica seus resultados, mas são coisas diferentes (Antonio Miranda, em 13 de outubro de 2011)"

Em linhas gerais, o período (2001-2004) foi marcado pela criação de uma Secretaria de Saneamento (SESAN) que possuía um quadro de funcionários com perfil técnico, pela realização da 1º Conferência Municipal de Saneamento que foi um marco de inserção social no debate sobre a política de saneamento na cidade, pela retórica contrária ao processo de privatização do saneamento, pela implantação do saneamento integrado em áreas de baixa renda (projeto piloto de Mangueira e Mustardinha), pela tímida inserção do município na gestão dos serviços e pela debilidade política em assinar um contrato de concessão para garantir a segurança jurídica das deliberações da Conferência de Saneamento. Esta deliberou, dentre vários aspectos, sobre a criação de um conselho de saneamento, de uma autarquia municipal como estrutura institucional para implementar a política de saneamento integrado e de um fundo municipal de saneamento para garantir o permanente investimento nos serviços. Todavia, esse arranjo institucional formulado para a gestão dos serviços em âmbito municipal não se traduziu em mudanças efetivas.

Também foi planejado um modelo de participação social no processo de formulação, implementação e decisão na política de saneamento integrado nos moldes de um corporativismo-comunitário, inserindo e arregimentando os movimentos sociais e diferentes atores dentro do aparelho estatal, como pode visto na Figura 1, a seguir:

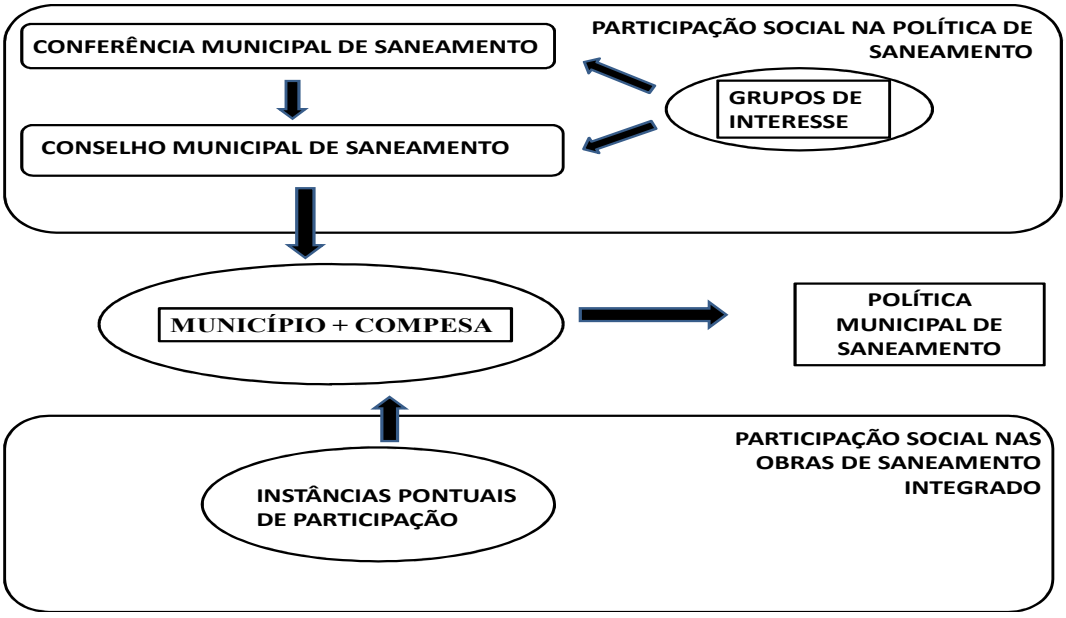


Figura 1 – Estrutura da participação social na política de saneamento do Recife

A partir desse arranjo, o desenrolar da participação social na implementação da política municipal de saneamento integrado passou por constrangimentos e contradições ao longo dos diferentes governos petistas, influenciando diretamente no padrão de gestão municipal. No caso, o aparelho estatal instrumentalizou a participação social segundo os interesses dos diferentes governos petistas, pois tanto a Conferência de Saneamento como o conselho criado não efetivaram as deliberações populares, levando a que a política de saneamento integrado continuasse sendo planejada e executada pelas burocracias estaduais e municipais, sem contrapeso político da participação social que passou a existir apenas dentro dos espaços institucionais criados.

4. O segundo governo petista para o saneamento no Recife (2005-2008)

Nesse período, as coalizões políticas locais foram marcadas por alianças partidárias diferentes daquelas que marcaram o primeiro governo do PT na cidade. Houve uma ampliação da base governista de natureza eminentemente fisiológica, implicando na velha prática do uso de secretarias como "moeda de troca" entre os partidos da base, uma prática comum no sistema político brasileiro.

O início desse governo ocorreu com a troca de comando na SESAN, onde se trocou o perfil técnico inicial por um perfil de cunho político. Essa mudança significou, no plano de prioridades, uma guinada substantiva de planos, em que a preferência em solucionar questões não equacionadas do ponto de vista institucional (competências institucionais, modelos de gestão, inserção do elemento participação como eixo definidor da política, mecanismos de cooperação, em suma, o momento de construção institucional para se atender a meta da universalização dos serviços) voltou-se para a execução de obras. Enquanto no primeiro governo a prioridade esteve voltado para as questões institucionais o segundo caracterizou-se pelo padrão obreiro.

A priorização de obras não foi por acaso. Nesse período, por parte do governo federal, houve a retomada de financiamento público para o setor, facilitando a captação de recursos para os investimentos municipais que, aproveitando o contexto por oportunismo político, tratou de celebrar junto ao governo estadual de Pernambuco um Contrato de Programa (2005) e um Convênio de Cooperação (2005) que apenas respaldaram o monopólio da COMPESA na gestão e prestação dos serviços de saneamento no Recife, ao passo que assegurava uma definição institucional que permitia a captação de recursos por parte do governo municipal para realização de obras de saneamento em áreas de baixa renda.

Essa prática resultou na descaracterização do projeto inicial da política de saneamento integrado, que estava voltada para atender áreas de baixa renda e equacionar os problemas institucionais.

Por fim, esse período encerrou-se com a postura omissa do governo petista frente ao modelo tradicional de gestão planasiana da COMPESA, evitando o desgaste político-partidário em tentar inserir o município na gestão dos serviços, bem como secundarizou os instrumentos de participação social como eixo definidor da política municipal de saneamento. Nesse último ponto, o elemento da participação social passou a existir na condição de comissões locais, sem conferências, apenas onde existiam obras, sem qualquer inserção nos processos decisórios acerca dos rumos que deveria tomar a política municipal de saneamento.

5. O terceiro governo petista para o saneamento no Recife (2009-2012)

A terceira gestão petista foi marcada por uma grave crise de ingovernabilidade, engessando a estrutura municipal no tocante à implementação de políticas públicas[3]. Especificamente, na área de saneamento não existiram novidades. A única novidade nesse período aconteceu no nível estadual, onde em 2011, o governador Eduardo Campos (PSB) anunciou o lançamento de uma Parceria Público Privada (PPP) para o saneamento na Região Metropolitana do Recife (RMR), objetivando universalizar a cobertura de esgotamento sanitário nesta região e no município de Goiana.

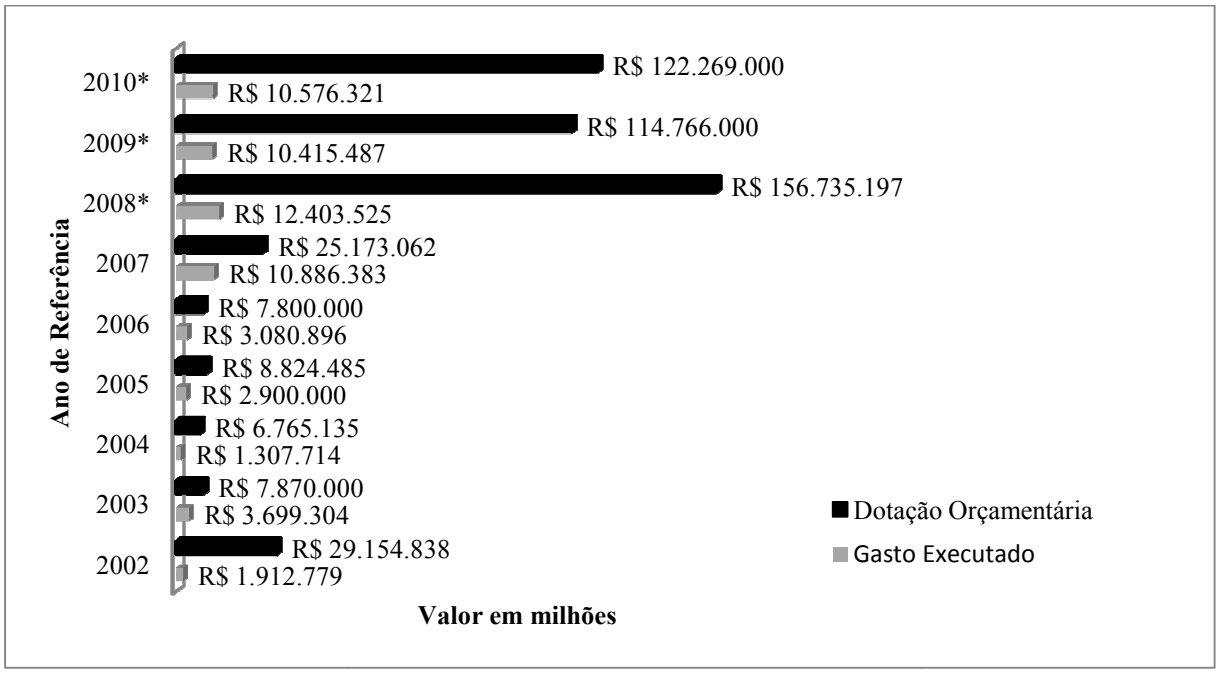
A PPP do saneamento movimentou as organizações sindicais no Estado[4], que publicaram um "Dossiê de denúncia à privatização da COMPESA (2011)". Nesse dossiê, contrário a PPP, foi apresentado o projeto piloto – Mangueira e Mustardinha, como uma experiência paradigmática a ser empregada pelo governo do estado, defendendo uma parceria pública-pública para a gestão dos serviços de saneamento na esfera estadual. Ainda no referido documento foi feita alusão as deliberações da 1º Conferência Municipal de Saneamento, a qual restringia a concessão total ou parcial dos serviços à iniciativa privada. No entanto, houve por parte do prefeito João da Costa (PT) manifestação

[3] A terceira gestão petista no Recife foi marcada por desavenças políticas internas entre o PT e a base aliada. Inclusive foi alvo de intervenção partidária, impedindo o pleito de reeleição do prefeito João da Costa (PT) em função da candidatura do Senador Humberto Costa (PT).

[4] Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Pernambuco (Sindurb-PE), Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

pública favorável à PPP, enaltecendo a pretensa elevação dos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos em 90% na cidade como um ótimo empreendimento.

Durante o terceiro governo petista também ocorreu uma forte onda publicitária sobre a alocação de recursos de grande soma para o setor de saneamento, destacando sua importância e a prioridade dessa política de alto teor redistributivista na cidade. Destacava-se, sobretudo, a grande soma de recursos a serem aplicados para sanar o histórico problema sócio-ambiental da falta de acesso aos serviços de esgotamento sanitário no Recife. Segundo dados das Leis Orçamentárias Anuais (LOA's), a aplicação de recursos no setor ficou muito aquém do volume existente em todos os governos petistas, como pode ser observado no Gráfico 1.



FONTE: LOA's, 2002-2012

Gráfico 1 – Comparativo entre as dotações orçamentárias e o gasto executado em saneamento (2002-2010)

*Os dados referentes aos anos de 2008 a 2010 são relativos aos recursos executados apenas pela autarquia de saneamento, sem considerar os investimentos da SESAN.

Comparativamente os baixos níveis de investimento em saneamento foram uma constante no(s) governo(s) petista(s). Seja em função da restrição de recursos e da falta de financiamento que ocorreu na primeira gestão que priorizou os aspectos institucionais, seja com o retorno dos investimentos e a maior transferência de recursos para o setor como ocorreu na segunda gestão. Ou ainda como ocorreu na terceira gestão, onde relativamente existiu uma abundância de recursos, mas faltou à prioridade na sua execução em função da PPP estadual para o setor.

De acordo com os dados obtidos, o município investiu, numa estimativa otimista com base nas LOA's, ao todo,

57 milhões de 2002 a 2010, que em valores anuais representa cerca de R$ 6 milhões por ano. Em relação ao tesouro municipal, de 2002-2010, esse valor anual representa uma média da ordem de 0,42% de aplicação em saneamento (LOA, 2002-2012). Inclusive o baixo volume de investimentos no setor é refletido nos baixos índices de atendimento a população que, em linhas gerais, se mostrou insuficiente frente à gravidade dos problemas sociais e ambientais existentes (insalubridade e poluição dos córregos e rios). Conforme pode ser visto na Tabela 1, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), o crescimento da oferta dos serviços de esgotamento sanitário no Recife apesar de apresentar crescimento positivo no período de análise ainda se mostra pouco expressivo.

Tabela 1 – Percentual de atendimento com esgotamento sanitário no Recife anual por domicílio, durante a gestão do PT

Ano	Percentual de atendimento(%)
2000	30%
2001	33,83%
2002	38,75%
2003	40,13%
2004	40,95%
2005	43,98%
2006	40,11%
2007	40,86%
2008	37,31%
2009	38,60%

Fonte: SNIS, 2009

De 2000 para 2009, foi observado um crescimento médio anual da ordem de 0,86% no incremento da oferta dos serviços de esgotamento sanitário. Nesse ritmo, pensar em universalizar os serviços de saneamento no Recife levaria ao menos 70 anos, caso dependesse apenas da intervenção municipal, considerando o contingente populacional do censo de 2000.

Por fim, o terceiro governo petista foi marcado pela paralisação das obras programadas, pela "incapacidade" em aplicar os recursos existentes para o setor e pela aproximação com um padrão empresarial de gestão e prestação de serviços, que se deu com o consentimento sobre a PPP do saneamento, oriunda do governo estadual.

6. Considerações finais

Durante os últimos 12 anos nos quais a gestão petista atuou no campo do saneamento observamos 3 fases distintas. O primeiro, fortemente influenciada pelo binômio inversão de

prioridades-participação social, marcou pela tentativa de fortalecimento institucional do município como titular dos serviços, inovando através do saneamento integrado, pela realização da 1º Conferência Municipal de Saneamento e pelo modelo participativo na formulação de políticas públicas. O segundo foi caracterizado pela execução de obras, pela não institucionalização de canais de interlocução direta com a sociedade, mostrando-se incapaz em alargar os conflitos de interesses da arena local. O terceiro governo ficou marcado pela paralisação das obras e pela iniciação de parceria com a iniciativa privada, que ocorreu com a proposta da PPP do saneamento, aproximando a gestão petista das práticas gerenciais defendidas pelas correntes neoliberais.

A diferença substancial existente entre os três governos petistas evidenciou que o *modus petista de governar* não se traduz em um modelo de gestão próprio e consolidado, pelo contrário, suas contradições nos dão evidencia de ser apenas um tipo ideal, uma retórica populista. Os governos petistas no Recife, não diferente de outros governos, atuaram em função dos ciclos eleitorais locais e de suas alianças. Desta forma, o elemento da participação social que deveria figurar como um dos pilares de seus governos, e marcadamente um diferencial deste, não passa de um pano de fundo, existindo apenas no interior do aparelho burocrático sem qualquer forma de inserção nos processos decisórios.

O caso do saneamento no Recife, longe de se apresentar uma solução, ainda se trata de uma questão não equacionada. Verificou-se um quadro crônico de baixa cobertura dos serviços na cidade, de desigualdade no acesso destes, além da falta de estrutura institucional, como também de carência de políticas efetivas e estruturadas para lidar com essa dívida histórica que a cidade do Recife possui, principalmente, com a população mais pobre. Todavia, com a privatização dos serviços de saneamento através da PPP do saneamento, a tendência é que se agravem ainda mais as desigualdades sociais no acesso destes serviços públicos.

Referências

CARVALHO, Vinicius Marques de. *O Direito do Saneamento Básico*(1º.Ed.). São Paulo, Editora Quartier Latin, 2010.

FERREIRA, Demétrius Rodrigues de Freitas. *Limites e Possibilidades da Gestão Municipal no Setor Saneamento (2000-2012)*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 145p, 2012.

FIRSZON, Judith T. *A Política Nacional de Saneamento de 1968 a 1984: o caso do PLANASA*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado não publicada, Escola Nacional de Saúde Pública/ FIOCRUZ, 1990.

LEAL, Suely Ribeiro. *A outra face da crise do estado de bem estar social: neoliberalismo e novos movimentos da sociedade do trabalho*. Campinas-SP, NEPP UNICAMP, Caderno n. 13, p. 1-46, 1990.

MARICATO & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade*. In: RIBEIRO, L. C. Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.) As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro. Revan-FASE, 2007. p.165-195.

MELO, Marcus André Barreto Campello de. *Federalismo e política social: as vicissitudes da descentralização*. In: Melo, Norma Lacerda De; Leal, Suely Maria Ribeiro (org.) Relação público-privado: do local ao global. Recife, Editora universitária, 1996. p. 15-41.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento: diagnostico dos serviços de água e esgotos*. Brasília, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2009.

OLIVEIRA, F. M. *Cidadania e Cultura Política no Poder Local*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 194p, 2003.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. *Carta de Saneamento do Recife*. In: Caderno de resoluções da 1º Conferência Municipal de Saneamento. Recife, 2p, 2002.

REZENDE, Flávio. *Políticas públicas e saneamento básico: a Compesa entre o Estado e o Mercado*. Recife, Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 98p, 2001.

TREVAS, Vicente; MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz (Orgs.). Governo e cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo; Editora: Perseu Abramo, 1999.

VASCONCELOS, Ronald Fernando Albuquerque. *Descentralização politico-administrativa na cidade do Recife: o caso do esgotamento sanitário na gestão da Frente Popular, 1986-1988*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 258p, 1995.

VASCONCELOS, Ronald Fernando Albuquerque. *Enigma de Hidra: o setor de saneamento entre o estatal e o privado*. Recife, Editora Universitária UFPE, 2011.

Recebido em 2013-04-19
Publicado em 2013-11-11